



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO RURAL

III CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL

RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL: caminhos para a prática da administração rural e da educação ambiental

FRANCISCO GIOVANNI DAVID VIEIRA

WÂNIA REZENDE SILVA

VIEIRA, Francisco G. D. e SILVA, Wânia R. Reservas particulares do patrimônio natural: caminhos para a prática da administração rural e da educação ambiental. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL (1999 : Belo Horizonte, MG). **Anais do 3º Congresso Brasileiro de Administração Rural: administração rural & agronegócio no 3º milênio**. Lavras: UFLA/DAE, 1999. p. 371-380.

**RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL:
caminhos para a prática da administração rural e da educação ambiental**

Francisco Giovanni David Vieira¹

Wânia Rezende Silva²

Resumo

Esse artigo procura mostrar como a administração rural pode incorporar a questão ambiental às suas atividades gerenciais (executivas, práticas) e acadêmicas (pesquisa, ensino) no terceiro milênio. Esse esforço tem como ponto de partida a observação de que a administração rural não tem apresentado uma tradição de abordagens voltadas seja para o meio ambiente ou seja para a educação ambiental. A referência empírica adotada é a Reserva Natural Salto Morato, localizada no município de Guaraqueçaba - PR, pertencente à Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

Termos para indexação: Administração Rural, Reservas Naturais, Educação e Meio Ambiente

Abstract

This article tries to show as the rural administration can incorporate the environmental subject to its managerial activities (executives, practices) and academic (researches, teaching) in the third millennium. That effort has as starting point the observation that the rural administration has not been presenting a tradition of approaches about the environment or the environmental education. The adopted empiric reference is the Reservation Natural Salto Morato, located in the municipal district of Guaraqueçaba - Paraná State, Brazil, belonging to the O Boticário Foundation for Nature Protection.

Index terms: Rural Administration, Natural Reservations, Education and Environment

¹ B.Sc. Administração de Empresas - UFPB, M.Sc. Adm. Rural - ESAL, Doutorando em Ciências Sociais - PUC/SP, Prof. Assistente do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá.
E-mail: fgdvieira@wnet.com.br Homepage: <http://www.geocities.com/fgdvieira/>

² B.Sc. Ciências Sociais - UFMG, M.Sc. Administração Rural - ESAL, Doutoranda em Ciências Sociais - PUC/SP, Profª Assistente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá.
E-mail: waniasilva@yahoo.com Homepage: <http://www.geocities.com/waniasilva/>

Introdução

A Administração Rural tem vivido uma experiência particular nos últimos trinta anos. Diante da realidade brasileira, enquanto área de conhecimento e atuação, tem-se deparado com desafios que ora parecem superados e ora parecem mais presentes do que nunca. A consolidação de algumas instâncias acadêmicas e associativas sugerem superação, enquanto uma constante busca de identidade própria remete à continuidade da existência de desafios. A realização do III Congresso Brasileiro de Administração Rural e a sua própria definição temática, em especial dos seus sub-temas, ilustra bem essa situação.

As observações expostas no presente artigo e o caso de administrativo que ele toma como referência empírica, inserem-se nesse contexto; ou seja, procuram contribuir no sentido de reforçar a idéia de que a administração rural, no caminho de sua consolidação, pode incorporar questões temáticas emergentes, entre as quais a questão ambiental, e assim fazer frente aos desafios que lhe são colocados. A rigor, ressalta-se, essa possibilidade sempre existiu, como depreende-se dos estudos de Nix (1979), Dillon (1980), Lima (1982, 1989), e Souza e Andrade (1986), que procuram explicitar fundamentos e formas de desenvolvimento e aplicação da administração rural. Da mesma maneira, ainda que sob uma perspectiva crítica, tal possibilidade também está implícita nos estudos de Alencar e Moura Filho (1988), Moura Filho (1989) e Bernardo e Vieira (1993).

Não obstante os estudos acima mencionados, o meio ambiente e o processo educacional em torno dele não têm se traduzido como fontes de interesse para os teóricos e estudiosos da prática administrativa em organizações rurais. O trabalho de Vieira e Bernardo (1998), ao caracterizar os eixos temáticos dos estudos de administração rural e agroindustrial apresentados entre 1993 e 1997 nos Encontros Nacionais de Programas de Pós-Graduação em Administração - ENANPADs, ilustra a compreensão dessa ausência de interesse.

De forma paradoxal, entretanto, ao desinteresse acadêmico de um passado recente, os agentes executivos da prática administrativa em organizações rurais têm incorporado, em maior ou menor medida, a questão ambiental e a educação a ela circunscrita, seja como estratégia de

sobrevivência e desenvolvimento ou seja como uma opção de cunho moral, ético, social e/ou político face ao processo de crescimento industrial da sociedade contemporânea. Esse é o caso das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, como a **Reserva Natural Salto Morato**, pertencente à **Fundação O Boticário de Proteção à Natureza**, que está localizada no município de Guaraqueçaba, estado do Paraná. Alguns estudiosos como Baumol (1998), aliás, chegam a afirmar que a esperança do meio ambiente pode mesmo estar associada à iniciativa privada. Outros estudiosos, como Lino (1991) e Rodrigues (1991), afirmam, de modo complementar, que a questão ambiental e o seu aspecto educacional encontram fortes aliados nos programas realizados nas unidades de conservação e nas reservas naturais. Rocha (1997), por sua vez, vai além ao observar que a parceria entre Organizações Não-Governamentais - ONGs e unidades de conservação funcionam como uma espécie de garantia para a efetivação de programas de educação ambiental. A Reserva Natural Salto Morato não só preenche tais requisitos, como também envolve atividades de gerenciamento e planejamento ambientais, semelhantes àquelas contidas em estudos característicos dessa área voltada para o meio ambiente, como, por exemplo, os estudos de Sargent et al. (1991), Faria (1994) e Heady (1998).

Considerando, portanto, a significativa oportunidade oferecida pela Associação Brasileira de Administração Rural - ABAR, o presente artigo procura destacar os vínculos da administração rural com o meio ambiente. Para isso parte-se do pressuposto que as Reservas Particulares do Patrimônio Natural caracterizam-se como organizações rurais passíveis ao estudo e à prática administrativa. A ênfase da abordagem está na caracterização da Reserva Natural Salto Morato e na descrição de suas atividades, tendo como pano de fundo o seu *Plano de Manejo*.

Metodologia

O procedimento metodológico seguido para a realização do estudo do qual esse artigo é resultado, envolveu a utilização de um conjunto de técnicas de pesquisa qualitativa, tais como análise documental, entrevistas, observações e trabalho de campo, conforme pode ser verificado em autores como Godoy (1995), Creswell (1998) e Lee (1999), entre outros. O tipo de estudo desenvolvido é eminentemente descritivo da realidade da Reserva Natural Salto Morato e de suas atividades,

resguardando-se a vinculação dessas atividades com categorias analíticas do estatuto teórico da administração rural.

Resultados e Discussão

Sobre as Reservas Particulares do Patrimônio Natural

De acordo com informações constantes no *Plano de Manejo* da Reserva Natural Salto Morato (Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 1998, p.2), o conceito legal das unidades de conservação privadas surgiu no Brasil com a Portaria do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF nº 327-77P que, com base no artigo 6º da Lei 4771/65 - Código Florestal, instituiu os Refúgios Particulares de Fauna. Esses refúgios eram criados em áreas naturais remanescentes com razoável grau de conservação, onde estavam presentes exemplares da fauna silvestre brasileira.

A instituição concreta das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs ocorreu com Decreto nº 98.914/90, onde a concepção restrita das áreas naturais protegidas privadas sofreu significativa mudança de diretrizes. Por esse decreto, as áreas que apresentavam condições de primitividade ou semi-primitividade, aspecto paisagístico ímpar, ou contribuíssem para a manutenção do ciclo biológico das espécies de fauna e floras nativas do Brasil, poderiam ser reconhecidas legalmente, por iniciativa dos proprietários, como RPPNs. Foi nessa condição que inseriu-se a Reserva Natural Salto Morato - RNSM, da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza - FBPN.

A ausência de critérios conceituais-legais, entretanto, para o manejo das áreas privadas de conservação, permitiu ao Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, através de sua estrutura técnico-administrativa, interpretar e definir critérios de criação e manejo para esse tipo de área protegida. Essa situação, que abria espaço para o uso direto extrativo de produtos vegetais em RPPNs, só foi extinta com a edição do Decreto nº 1.922 de 5 de junho de 1996, que substituiu o Decreto nº 98.914/90. Ficou determinado assim, a proteção integral e o uso indireto dos recursos naturais, como princípio legal para o manejo das RPPNs.

Sobre a Reserva Natural Salto Morato e Seus Objetivos

Segundo o *Plano de Manejo* da Reserva Natural Salto Morato (Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 1998, p.3) a RNSM foi planejada para ser manejada dentro dos critérios da categoria parque (nacional/estadual) conforme a Lei n° 4771/65 e o Decreto n° 84.017/79, respectivamente o Código Florestal e o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.

A criação da RNSM ocorreu por meio da FBPN, que por sua vez foi criada em 1990 pelo grupo empresarial O Boticário, com a finalidade de promover e incentivar ações de conservação em todo o território nacional. A RNSM, implementada em 1993 com o apoio da *The Nature Conservancy*, da *Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem* e do *Unibanco Ecologia*, está localizada no município de Guaraqueçaba, no litoral norte do estado do Paraná, Região Sul do Brasil, e situa-se em região da Mata Atlântica, em uma área total de 1.716 ha.

Os objetivos da RNSM, conforme constam em seu *Plano de Manejo* (Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 1998, p.36), são os seguintes:

- Proteger uma amostra da Floresta Ombófila Densa em suas diferentes tipologias e estágios evolutivos naturais, bem como a fauna a ela associada, garantindo assim proteção à biodiversidade local;
- Proteger e conservar a beleza cênica que representam o Salto Morato e a Figueira do Rio do Engenho;
- Promover e incentivar as atividades de pesquisa que possam contribuir para a conservação da natureza, em particular aquelas que levem ao melhor conhecimento dos recursos naturais locais e à otimização do manejo da Reserva;
- Propiciar oportunidades de recreação em ambiente natural, compatível com os princípios de conservação;
- Demonstrar a eficiência da iniciativa privada em projetos de conservação, em particular a importância das RPPNs para o sistema nacional de unidades de conservação e para a conservação da biodiversidade;
- Buscar a sustentabilidade econômica da Reserva, manejando-a sob regime de proteção integral e uso indireto de recursos naturais;
- Implementar o manejo da Reserva, revisando-o e corrigindo-o quando necessário, de modo a transformá-la em modelo de RPPN, utilizando-a como centro de difusão de conhecimento e tecnologia para manejo de unidades de conservação.

Sobre os Aspectos Administrativos e Educacionais Presentes nas Atividades da RNSM

Os vínculos da administração rural com o meio ambiente e especificamente com as RPPNs, pode ser percebido em função da natureza e do volume de atividades realizadas na RNSM. Como toda a organização rural, a RNSM necessita de diretrizes e condutas administrativas para que as atividades de pesquisa, capacitação técnica, recreação e educação ambiental sejam compatíveis com a perpetuação dos seus atributos naturais. É isso que faz com que as RPPNs possam alcançar e implementar os seus objetivos - no caso da RNSM, já delineados em seção anterior deste artigo.

Na RNSM, o necessário suporte de atividades administrativas se divide em três programas: o de uso público, o de manejo de recursos e o de operações. Os dois primeiros programas dão suporte para o cumprimento dos objetivos específicos da RNSM; ou seja, suas atividades fim. O último programa serve de apoio aos dois primeiros da RNSM; ou seja, funciona como um conjunto de atividades meio.

O programa de uso público tem envolvido a visitação do público à RNSM e proporcionado recreação aliada à educação e informação ambiental. Desde 1996 que a RNSM tem recebido mais de 7.000 visitantes por ano. Para isso, a RNSM tem contado com estrutura para a recepção, orientação, circulação e permanência dos visitantes, como a Portaria, Centro de Visitantes, Área de Piqueniques, Área de Camping, trilhas e painéis interpretativos, além do centro de capacitação técnica em conservação da natureza. É nesse programa específico que se destacam as atividades de educação e meio ambiente, as quais podem ser incorporadas pela administração de organizações rurais através das RPPNs.

O programa de manejo de recursos tem compreendido atividades necessárias à manutenção da qualidade ambiental da RNSM. Isso se dá em especial através de atividades relacionadas à conservação, recuperação, pesquisa e monitoramento dos recursos naturais da RNSM. Vários são os desdobramentos dessas atividades, incluindo-se, entre elas, ações de pesquisa de vegetação e da fauna, monitoramento ambiental e meteorológico, recuperação de áreas degradadas e controle de espécies exóticas. Esse programa se destaca por tratar especialmente das atividades de caráter científico da RNSM.

O último programa, o de operações, tem sido, por excelência, o centro das atividades administrativas da RNSM. Ele corresponde às atividades de rotina administrativa e gerenciamento necessárias ao pleno funcionamento da RNSM. Isso se traduz por meio de ações clássicas da administração, como o planejamento das atividades da Reserva, o gerenciamento dos seus recursos humanos (incluindo a atribuição e o controle das tarefas dos funcionários), a manutenção das instalações físicas, a dotação de recursos necessários ao desenvolvimento das atividades, o controle financeiro dos recursos obtidos com doações, ingressos de visitantes e da área de camping, e capacitação de funcionários.

Além das ações acima mencionadas, algumas outras atividades têm sido realizadas dentro do programa de operações, tais como proteção e fiscalização da RNSM, segurança dos usuários da RNSM e deslocamento de visitantes feridos. Essas últimas complementam as primeiras e constituem-se como uma responsabilidade intrínseca da administração da RNSM.

Conclusões

As atividades administrativas desenvolvidas no âmbito da Reserva Natural Salto Morato, que é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, assinalam caminhos que indicam como a administração de organizações rurais pode incorporar a questão ambiental às suas atividades gerenciais (executivas, práticas) e acadêmicas (pesquisa, ensino), mesmo a despeito de que essa não tenha sido uma tradição até então observada nessa área. A lição que o caso administrativo da Reserva Natural Salto Morato proporciona remete à observação de que se possa realizar experiências semelhantes no próximo milênio, reforçando, assim, o caráter multidisciplinar da administração de organizações rurais, ao mesmo tempo em que se recrudescem as perspectivas para a sua consolidação enquanto área de conhecimento e atuação. Alguns aspectos dessa experiência merecem destaques conclusivos:

- a) a RNSM como experiência administrativa tem demonstrado uma crescente capacidade de auto-suficiência orçamentária, o que implica, a curto prazo, na redução e posterior eliminação de aportes de capital para o seu funcionamento;

- b) a RNSM como experiência administrativa tem demonstrado caracterizar-se como um excelente meio para o trabalho de relações públicas, conquistando espaço na mídia através de publicidade gratuita, favorecendo, assim, o grupo empresarial que é mantenedor de sua Fundação;
- c) a RNSM, é hoje um modelo de RPPN, o que pode ser medido pelo seu rápido sucesso do ponto de vista de programa público, de manejo e operacional;
- d) as RPPN representam uma possibilidade concreta da administração de organizações rurais implementar seus aspectos multidisciplinares com as ciências agrárias e biológicas;
- e) as RPPN têm sido relegadas como espaço de trabalho para profissionais cuja formação superior se deu em cursos de administração rural;
- f) os cursos de administração voltados para a administração de organizações rurais podem incorporar conteúdos programáticos de educação e meio ambiente baseados na experiência de RPPNs. Tal medida, contribuirá no sentido de incrementar a formação e o treinamento de administradores não só para a compreensão da questão ambiental, como também para o exercício de atividades profissionais ligadas à mesma. Não só constatações de caráter empírico como as levadas a efeito na RNSM apontam nessa direção, como também os estudos de Machado (1991), Dias (1993), Viezzer e Ovalles (1994), Oliveira (1996), Medina (1997) e Padua (1997), entre outros;
- g) o nível de interação da RNSM com comunidades universitárias, indica que a educação ambiental transcende o espaço urbano e o trabalho pedagógico de primeiro e segundo graus, alicerçando possibilidades de uma atuação universitária concreta, seja meramente educativa, em termos de formação de uma consciência favorável à conservação da natureza, ou seja em termos de formação e treinamento de mão-de-obra através da realização de estágios rurais. Tais possibilidades, ainda pouco exploradas pelos cursos de administração voltados para as organizações rurais, também encontra referências acadêmicas, como no trabalho de Sorrentino (1997), por exemplo;

- h) as RPPNs são instâncias propícias, por excelência, para a oferta de cursos de capacitação em gestão ambiental, os quais incorporem princípios e técnicas de gestão administrativa para organizações rurais;
- i) as RPPNs constituem-se, por meio de suas atividades, em uma instância de interesse particular tanto para os teóricos e estudiosos da administração em organizações rurais, como para os executivos de sua prática, pois representam espaços de trabalho e atuação para esses profissionais;
- j) as RPPNs representam uma espécie de saída, como iniciativa e como modelo administrativo, para as questões éticas, morais e sociais de organizações industriais cujos processos de produção causam fortes impactos ambientais na sociedade.

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, Edgard.; MOURA FILHO, Jovino A. de. Unidades de produção agrícola e administração rural. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 14, n. 157, p. 25-29, 1988.
- BAUMOL, William. Hope for the environment: free enterprise and other economic regimes. In: I WORLD CONGRESS OF ENVIRONMENTAL ECONOMISTS (Venice : 1998). **Keynote Speech**. Venice: Association of Environmental and Resource Economists; European Association of Environmental and Resource Economists; and Fondazione Eni Enrico Mattei, 1998. 7p. (Working Paper - New York University, C.V. STARR Center for Applied Economics.)
- BERNARDO, Eliza E. R.; VIEIRA, Francisco G. D. Administração rural: desencontros e encontros. In: II SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL (1992 : Concórdia). **Anais ...** Florianópolis: EPAGRI, 1993. p. 293-302.
- CRESWELL, John W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions**. Thousand Oaks: Sage, 1998. 403p.
- DIAS, Genebaldo F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 2ª ed. São Paulo: Gaia, 1993. 400p.
- DILLON, J. L. The definition of farm management. **Journal of Agricultural Economics**, London, v. 31, n. 3, p. 257-258, may 1980.
- FARIA, Sérgio A. C. **Applied research guidelines for environmental planning and management**. Brasília: IBAMA, 1994. 101p. (Environment Collection. Guidelines Series - Applied Research for Environmental Planning and Management).
- FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA. **Plano de manejo da Reserva Natural Salto Morato**. São José dos Pinhais: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 1998. 82p.
- GODOY, Arilda S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71, jul./ago. 1995.

- HEADY, Christopher. **Natural resource management and poverty reduction**. Bath: University of Bath, 1998. 25p. (Working Paper - Department of Economics and International Development)
- LEE, Thomas W. **Using qualitative methods in organizational research**. Thousand Oaks: Sage, 1999. 191p.
- LIMA, Juvêncio B. de. Decisão e ação: categorias elementares para estudos de organizações rurais. In: XIII ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (1989 : Águas de São Pedro). **Anais ... Organizações**. v. 2. Belo Horizonte: ANPAD, 1989. p. 1239-1244.
- _____. O objeto da administração rural. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 12, n. 9/10, p. 251-257, set./out. 1982.
- LINO, Cleiton F. Educação ambiental em unidades de conservação. In: I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1991 : Curitiba). **Anais ... Curitiba: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente: Prefeitura Municipal de Curitiba/Secretaria Municipal do Meio Ambiente: Universidade Livre do Meio Ambiente**, 1991. p. 126-129.
- MACHADO, Ângelo. Natureza e educação ambiental. In: I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1991 : Curitiba). **Anais ... Curitiba: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente: Prefeitura Municipal de Curitiba/Secretaria Municipal do Meio Ambiente: Universidade Livre do Meio Ambiente**, 1991. p. 53-69.
- MEDINA, Naná M. Breve histórico da educação ambiental. In: PADUA, Suzana. M. e TABANEZ, Marlene F. (Orgs.) **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997. p. 257-270.
- MOURA FILHO, Jovino A. de. Breves notas críticas sobre administração rural. **Cadernos de Administração Rural**, Lavras, v. 1, n. 1, p. 1-8, jan./jun. 1989.
- NIX, John. Farm management: the state of the art (or science). **Journal of Agricultural Economics**, London, v. 30, n. 3, p. 277-291, sep. 1979.
- OLIVEIRA, Elísio M. de. **Educação ambiental: uma possível abordagem**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996. 154p. (Coleção Meio Ambiente. Série Estudos: educação ambiental, n° 1).
- PADUA, Suzana M. (Coord.) **Conceitos para se fazer educação ambiental**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental, 1997. 112p. (Série educação ambiental - Cadernos de Educação Ambiental)
- ROCHA, Ligia M. da. Unidades de conservação e organizações não-governamentais em parceria: programas de educação ambiental. In: PADUA, Suzana. M. e TABANEZ, Marlene F. (Orgs.) **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997. p. 237-246.
- RODRIGUES, Eliza M. Programa de educação ambiental na reserva ecológica do parque dos poderes (REPP). In: I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1991 : Curitiba). **Anais ... Curitiba: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente: Prefeitura Municipal de Curitiba/Secretaria Municipal do Meio Ambiente: Universidade Livre do Meio Ambiente**, 1991. p. 169-170.
- SARGENT, Frederic O.; LUSK, Paul; RIVERA, José A. e VARELA, María. **Rural environmental planning for sustainable communities**. Washington, D.C.: Island Press, 1991. 254p.

SORRENTINO, Marcos. Educação ambiental e universidade: um estudo de caso. In: PADUA, Suzana. M. e TABANEZ, Marlene F. (Orgs.) **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997. p. 43-54.

SOUZA, Ricardo e ANDRADE, José G. de. Administração rural: um enfoque moderno. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 12, n. 143, p. 3-5, nov. 1986.

VIEIRA, Francisco G. D. e BERNARDO, Eliza E. R. **O debate da administração de organizações rurais no âmbito do ENANPAD: desdobramentos, avanços e limites**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1998. 6p. (Working Paper - Departamento de Administração)

VIEZZER, Moema L. e OVALLES, Omar. **Manual latino-americano de educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 1994. 192p.